

10. Sempre que os agentes fiscalizadores, devidamente credenciados e no cumprimento da sua missão, pretendam inspecionar a(s) estação(ões) da rede ora autorizada, deve o seu titular permitir-lhes o seu livre acesso ao local onde se encontra(m).

11. O titular da autorização governamental deve, sempre que lhe seja solicitado, por agentes fiscalizadores credenciados, permitir a execução de testes aos equipamentos autorizados, bem como submeter à sua apreciação os documentos que, nos termos da lei, lhe sejam de exigir.

12. É vedado ao titular duma autorização governamental, ou seus agentes, captar comunicações estranhas à sua actividade. Sempre que as capte involuntariamente, deve guardar sigilo e não revelar a sua existência.

13. Quaisquer alterações, quanto às características técnicas, localização das estações e constituição da rede ora autorizada ficam sujeitas à aprovação da Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações de Macau.

14. A taxa de exploração anual é cobrada, antecipadamente, durante o mês de Janeiro ou no prazo de 30 dias após a apresentação à cobrança da respectiva guia de pagamento. O seu valor é calculado de acordo com a Tabela Geral de Taxas e Multas aplicáveis aos Serviços Radioeléctricos, em vigor.

Governo de Macau, aos 22 de Janeiro de 1992.

Publique-se.

O Secretário-Adjunto para os Transportes e Obras Públicas,
José Manuel Machado.

GABINETE DO GOVERNADOR

Despacho n.º 5/GM/92

Considerando que o Despacho n.º 80/GM/90, de 6 de Julho, publicado no *Boletim Oficial* de Macau n.º 29, de 16 de Julho de 1990, criou uma equipa de projecto designada por Equipa de Projecto Censos/91, destinada a coordenar e gerir a preparação e realização dos Censos/91;

Considerando que já foram atingidos os objectivos subjacentes à criação de tal equipa;

Usando da faculdade conferida pela alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º do Estatuto Orgânico de Macau, o Governador manda:

1. É extinta a equipa de projecto designada por Equipa de Projecto Censos/91 — EPC, criada pelo Despacho n.º 80/GM/90, de 6 de Julho, publicado no *Boletim Oficial* de Macau n.º 19, de 16 de Julho de 1990.

2. O presente despacho entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Gabinete do Governador, em Macau, aos 21 de Janeiro de 1992. — O Governador, *Vasco Rocha Vieira.*

Despacho n.º 6/GM/92

A regulamentação da contratação de trabalhadores não-residentes, destinados à prestação de serviço doméstico, re-

comenda que se concentre, em determinado ou determinados períodos, a possibilidade de apresentação dos respectivos pedidos, assim se permitindo o seu regular e ordenado processamento.

Desta forma, usando da faculdade conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º do Estatuto Orgânico de Macau, o Governador manda:

1. A apresentação de pedidos de contratação de trabalhadores não-residentes, destinados à prestação de serviço doméstico, para o semestre em curso (de Janeiro a Junho, inclusive), só poderá ter lugar nos períodos de 1 a 29 de Fevereiro e de 1 a 30 de Maio.

2. Os pedidos de renovação da autorização concedida para contratação de mão-de-obra não-residente e os de substituição de trabalhador não-residente poderão ser apresentados a todo o tempo.

3. O período de renovação de pedidos de contratação de trabalhadores não-residentes, destinados à prestação de serviço doméstico, para data posterior à referida no n.º 1 será oportunamente determinado.

4. Para efeitos do disposto no presente despacho considera-se serviço doméstico a prestação de actividades destinadas à satisfação das necessidades próprias ou específicas de um agregado familiar ou equiparado e dos respectivos membros, nomeadamente:

- a) Confeccção de refeições;
- b) Lavagem e tratamento de roupas;
- c) Limpeza e arrumo de casa;
- d) Vigilância e assistência a crianças e pessoas idosas;
- e) Execução de serviços de jardinagem;
- f) Execução de serviços de costura;
- g) Quaisquer outras actividades de carácter similar consagradas pelos usos e costumes.

5. O presente despacho entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Gabinete do Governador, em Macau, aos 22 de Janeiro de 1992. — O Governador, *Vasco Rocha Vieira.*

批 示 第六/ GM/ 九二

對於與提供家庭勞務之外地勞工訂定合同作出規範，使有關請求之提出集中於某段或幾段期間，這樣，將令該等請求獲得有規則及有秩序之處理。

總督行使澳門組織章程第十六條第一款 a) 項所賦予之權能，下令：

一、於今年上半年（一月至六月）提出與提供家庭勞務之外地勞工訂定合同之請求，只可於二月一日至二十九日及五月一日至三十日之期限內為之。

二、請求與外地勞工訂定合同之許可之續期及外地勞工之替換，可隨時提出。

三、於第一條所指之日期以後提出與提供家庭勞務之外地勞工訂定合同之請求期限，適時另訂。